

2023
• EXERCÍCIO •

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



SEDE

Rua Fioravante João
Ferri, 99 - Jd. Alvorada
Campo Mourão, Paraná

+55 44 3599 8000
coamo@coamo.com.br
coamo.com.br

A decorative graphic consisting of a grid of small, light-colored dots arranged in a pattern that tapers to the right.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO 2023



A expressiva participação de todos no dia a dia é um dos motivos que fazem o sucesso da Coamo e respaldam a solidez da administração.

ÍNDICE

4

- Diretrizes Corporativas
- Destaques
- Relatório da Gestão

17

- Balanço Patrimonial
- Demonstração de Sobras ou Perdas

20

- Outras Demonstrações
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

45

- Relatório dos Auditores Independentes

48

- Parecer do Conselho Fiscal

49

- Indicadores Contábeis
- Gestão 2023



DIRETRIZES CORPORATIVAS



Missão

Gerar renda aos cooperados com desenvolvimento sustentável do agronegócio.



Visão

Ser a melhor opção de desenvolvimento aos cooperados, realização profissional aos funcionários, produtos aos clientes e negócios aos parceiros.



Valores

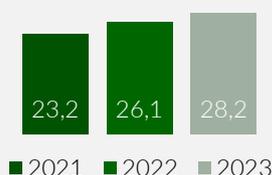
Ética, transparência e honestidade de princípios;
Equidade, respeito e valorização do ser humano;
Responsabilidade, segurança e solidez;
Qualidade e inovação sustentável;
Cooperativismo de resultado.

DESTAQUES



8,2%

INGRESSO E RECEITA LÍQUIDA
(EM R\$ BILHÕES)



2,9%

SOBRA E LUCRO LÍQUIDO
(EM R\$ BILHÕES)



-9,1%

ATIVO TOTAL
(EM R\$ BILHÕES)



33,4%

RECEBIMENTO E COMPRAS
(EM MILHÕES DE TONELADAS)



0,1%

PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(EM MILHÕES DE TONELADAS)



2,5

EBITDA
(EM R\$ BILHÕES)

8,8%

MARGEM EBITDA



2,76

LIQUIDEZ CORRENTE

Para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante, possui R\$ 2,76 de Ativo Circulante



1,81

LIQUIDEZ GERAL

Para cada R\$ 1,00 de Passivo Total, possui R\$ 1,81 de Ativo Circulante e Realizável a longo prazo



38,89%

GRAU DE ENDIVIDAMENTO
O Passivo Total representa 38,89% do Ativo Total da Cooperativa



RELATÓRIO DA GESTÃO

2023 transcorreu de forma completamente atípica em relação aos demais 52 anos da Coamo. Foi um ano com grandes safras, tanto de soja como de milho e trigo e, em contraponto, uma severa crise de liquidez por parte de uma parcela de cooperados.

Porém, graças a política de administração praticada desde o início das atividades da Coamo, priorizando a capitalização constante, foi possível suplantar as dificuldades de armazenamento, logística e financeira, e apresentar um excelente resultado aos mais de 31 mil cooperados.

Os reflexos da guerra entre Rússia e Ucrânia e de certa forma o conflito no oriente médio também teve um certo impacto, ameaçando o desabastecimento e interferindo na tomada de decisão para a realização da melhor opção de compras. Mesmo assim, face os grandes volumes necessários para atender o quadro de cooperados, teve-se que comprar levando em consideração os prazos de entregas para a implantação das lavouras.

Os estoques de passagem acima dos volumes tradicionais, somados às grandes quantidades das safras recebidas e a baixa comercialização dos cooperados, devido a redução dos preços de comercialização, impactaram na velocidade de recebimento, na capacidade de armazenagem e na logística de escoamento da produção.

A queda dos preços das commodities agrícolas em confronto com os altos custos dos insumos adquiridos em 2022, refletiram seriamente na rentabilidade da atividade, com consequências nos índices de inadimplência do setor como um todo.

Contudo, apesar das grandes dificuldades apresentadas durante o ano, sob todos os aspectos relatados, a Coamo comemora bons resultados econômico-financeiros e um alto volume de sobras a distribuir.

Assistência Técnica

Foi disponibilizada uma equipe de assistência técnica agrônômica e veterinária, composta por 389 profissionais. Eles participaram de eventos técnicos de aperfeiçoamento e difusão de tecnologia, com a finalidade de proporcionar ao quadro social a melhoria de rentabilidade e preservação do meio ambiente.

A pesquisa e a ciência fazem parte dos objetivos da Coamo que há 48 anos instalou a Fazenda Experimental, localizada em Campo Mourão. Em dezembro deste ano foi inaugurada a Fazenda Experimental em Dourados. A finalidade desses centros de pesquisas é promover a experimentação agrícola de produtos, novas cultivares, biotecnologias, ou seja, tudo que está sendo lançado. Os resultados são transferidos ao quadro social.



Bens de Fornecimento

A intensidade da volatilidade dos preços de bens de fornecimento, interferiu significativamente na tomada de decisão, tanto no abastecimento dos estoques, como no fornecimento aos cooperados. Mas, de qualquer forma, os cooperados tiveram à sua disposição, os insumos necessários para a implantação das lavouras, com preços adequados e na época oportuna.

Foram disponibilizados planos para fornecimento de insumos agrícolas, produtos veterinários, peças, acessórios, máquinas e implementos, onde os cooperados realizaram bons negócios.

A área de bens de fornecimento gerou uma receita líquida de R\$ 9,454 bilhões e o Programa Fideliza creditou aos cooperados o montante de R\$ 89,525 milhões.

Recebimento de Produtos Agrícolas

Em 2023 a Coamo recebeu a maior safra de produtos agrícolas da história num total de 9,962 milhões de toneladas, representando 3,1% da produção brasileira de grãos, com uma capacidade de armazenamento de 6,0 milhões de toneladas de grãos.

Nos armazéns o estoque de passagem estava excessivamente alto - completamente fora do histórico da cooperativa - que somado à grande safra de grãos recebida, o baixo volume de fixação por parte dos cooperados e interrupções de rodovias com destino à Paranaguá, obrigou a Coamo a recorrer por soluções alternativas de recebimento como silos bolsa, armazéns infláveis, aluguéis de armazéns de terceiros, piscinas a céu aberto e moegas, o que também teve reflexo nos custos de armazenagem e morosidade no recebimento desses produtos.

Logística

Nesse ano complementou-se a implantação dos Centros de Distribuição Regionais (CDR) totalizando 6 unidades no Paraná e Mato Grosso do Sul, com importante economia e eficiência na distribuição dos insumos e peças aos cooperados.

A verticalização do sistema de armazenagem de insumos, feita em mais de 90 armazéns e beneficiando 60 unidades, evitou investimento na construção de novos armazéns, proporcionou a eficiência operacional, garantindo que os produtos e insumos estivessem à disposição dos cooperados no momento oportuno.

Importante destacar a formação de profissionais, capacitando-os na operação dessa inovação via a implantação da Academia de Logística e preparando-os como agentes de mudanças e multiplicadores de conhecimento.



Industrialização

No parque industrial foi acrescentada a fábrica de ração para ruminantes e monogástricos com capacidade de 200 mil toneladas por ano, que entrou em produção no mês de setembro, obtendo aceitação por parte dos cooperados.

Além da fábrica de ração, o parque industrial conta com três indústrias de esmagamento de soja, duas refinarias de óleo de soja, dois moinhos de trigo, uma fábrica de gorduras e margarinas, uma fiação de algodão e uma torrefação de café. Novas tecnologias e métodos inovadores fazem parte da busca constante da cooperativa para oferecer ao mercado consumidor, produtos cada dia melhores e agregar valor à produção entregue pelos cooperados.

As indústrias de soja processaram 2,665 milhões de toneladas. A torrefação e moagem de café, produziu 2,809 mil toneladas do grão torrado e moído; os moinhos de trigo produziram 207,380 mil toneladas de farinhas e farelo, a fiação de algodão produziu 3,956 mil toneladas de fios e a fábrica de ração produziu 23,895 mil toneladas.

Cabe salientar que a industrialização da soja e do trigo contribuíram significativamente para os bons resultados obtidos pela Coamo neste ano.



Commodities, Alimentos e Exportação

O ano de 2023 foi de boa produção, mas com preços em baixa e margens de lucro menores na agricultura.

Tanto a soja como o milho iniciaram a comercialização com preços remuneratórios. Porém, com o andar da comercialização, em face de concentração de oferta, aliada a baixa na cotação de Chicago e a valorização do real, tiveram queda nos preços, desestimulando a comercialização, vindo a ter uma pequena reação no final do ano, devido ao clima desfavorável no Mato Grosso e Nordeste.

O trigo, a exemplo da soja e do milho, experimentou quedas de preço relevantes, revertidas parcialmente com os leilões de PEP e PEPRO, que possibilitaram o escoamento de 30% da produção.

A linha de produtos alimentícios teve uma boa performance em 2023, com crescimento em volume no óleo de soja e margarina e estabilidade na farinha e no café. Os produtos alimentícios Coamo foram levados para 24 Estados, estando agora presente em todas as regiões do Brasil e em países vizinhos. Esses produtos conquistaram maior participação de mercado no segmento varejo, o que é muito importante, pois leva os produtos e as marcas da Coamo direto ao consumidor final. A área de alimentos gerou uma receita líquida de R\$ 2,668 bilhões.

Em 2023 a Coamo obteve volumes recordes de exportação, especialmente de soja, farelo de soja e milho, atingindo o montante de 4,866 milhões de toneladas de produtos, com um crescimento de 131,0% em relação ao ano anterior.

Esses volumes congestionaram os portos e encareceram a logística, com filas de navios de mais de 3 meses.

A Coamo teve que utilizar portos mais distantes para escoar a produção destinada para 30 países da Europa, América, Ásia e África. Foram utilizados os portos de Paranaguá e Antonina - PR, São Francisco e Imbituba - SC, Rio Grande - RS e Santos - SP. Importante ressaltar que a cooperativa obteve o primeiro lugar nas exportações de commodities agrícola nos Portos de Paranaguá e Antonina.

O faturamento das exportações atingiu o montante de US\$ 2,226 bilhões, representando um crescimento de 88,1% em relação ao ano de 2022.



131%

Volume de exportação



88,1%

Faturamento da exportação



Investimentos

Com a finalidade de agilizar o recebimento e armazenagem da produção dos cooperados, ampliar e modernizar a infraestrutura nas diversas áreas e incrementar a verticalização para agregar valor às atividades dos cooperados, os investimentos da Coamo em 2023 totalizaram R\$ 569,714 milhões. Esses investimentos foram aplicados na conclusão dos novos entrepostos em Campo Mourão - PR, Rio Brilhante e Ponta Porã - MS, os novos Escritórios Administrativos de Engenheiro Beltrão - PR e Bragantina - PR, Loja de Peças na Unidade de Araruna - PR, Indústria de Ração em Campo Mourão - PR, além das aquisições de áreas rurais para reflorestamentos, veículos leves e pesados. Foram realizadas, também, melhorias em praticamente todas as unidades, visando manter atualizadas as instalações para garantir a agilidade no recebimento das safras do quadro social.

Em dezembro foi realizada Assembleia Geral Extraordinária com aprovação de investimentos para o triênio 2024 a 2026, no montante de R\$ 3,5 bilhões, referente as construções de unidades, indústria de etanol, aquisição de veículos, tecnologia da informação, além de melhorias nas Unidades existentes.

Desempenho Econômico e Financeiro

A receita global da Coamo foi de R\$ 30,295 bilhões, com um crescimento de 7,6% em relação a 2022, como reflexo do aumento no recebimento e faturamento dos produtos agrícolas, apesar da redução dos preços.

A sobra líquida atingiu o montante de R\$ 2,324 bilhões, com um crescimento de 2,9% em relação ao ano anterior.

O EBITDA (sobra antes de juros, impostos, depreciação e amortização), alcançou o montante de R\$ 2,495 bilhões.

O Patrimônio Líquido atingiu o montante de R\$ R\$ 10,615 bilhões, representando um crescimento de 17,5% em relação ao ano anterior; e o Ativo Total atingiu o montante de R\$ 17,370 bilhões.

Os principais índices foram: liquidez corrente 2,76; liquidez geral 1,81; margem de garantia 257,14% e o grau de endividamento de 38,89%, refletindo a boa situação econômico-financeira da cooperativa.

Foi gerado e recolhido o montante de R\$ 824,905 milhões em impostos, taxas e contribuições sociais.



7,6%

Receita global



2,9%

Sobra líquida



17,5%

Patrimônio líquido

Prêmios e Reconhecimentos

A Coamo conquistou importantes premiações nas principais publicações sobre a economia nacional, onde destacam-se: Melhores do Agronegócio da Revista Globo Rural como “Campeã na categoria Cooperativas”; Primeiro lugar na categoria Cooperativas e campeã histórica na categoria Agronegócio do prêmio Melhores e Maiores promovido pela Revista Exame, além de ser classificada como a 49ª empresa do Brasil e a 1ª do Paraná, e “Destaque no Setor Cooperativismo” pela revista A Granja.



Campeã histórica
categoria
Agronegócio



1º lugar
categoria
Cooperativas
49º lugar
empresa do
Brasil



1º lugar
categoria
Cooperativas
11º lugar
empresa do
agronegócio



Campeã
categoria
Agronegócio

Governança corporativa

As diretrizes da Governança Corporativa estabelecem a política de relacionamento com os cooperados, comunidade, entidades, clientes, consumidores, concorrentes, fornecedores, parceiros de negócios e funcionários, formalizadas por meio dos normativos implementados, que descrevem os procedimentos a serem cumpridos em conformidade com os requisitos de normas técnicas e legislação de órgãos reguladores.

Neste ano, foram realizadas as tradicionais Reuniões de Campo presenciais com a Diretoria da Coamo, totalizando 19 encontros e uma Reunião on-line, que contaram com 7.168 participantes. A finalidade é manter o quadro social informado sobre as questões que envolvem o agronegócio e apresentar os serviços e benefícios oferecidos, além da Assembleia Geral de prestação de contas.

Com a finalidade de ser o elo entre a administração da Cooperativa e os cooperados, disseminando as políticas e coletando informações, demandas e anseios, estão instituídos 45 Comitês Educativos, compostos por 957 cooperados. Para promover a integração da mulher na cooperativa, contamos com 14 Núcleos Femininos vigentes.



Sustentabilidade e Rastreabilidade

O agronegócio é um setor estratégico da economia brasileira, respondendo por mais de 25% do Produto Interno Bruto. As propriedades rurais, antes simples de serem administradas, hoje possuem uma atuação diversificada. Há um forte envolvimento de tecnologia e informações a serviço dos produtores, e uma crescente demanda de mercado para adoção das boas práticas nos sistemas de produção.

As boas práticas, inspiradas nos princípios do ESG (Ambiental, Social e Governança), tem merecido especial atenção por parte da Coamo e, em 2023, iniciamos um programa especial de formação nesses princípios com o apoio do SESCOOP/PR.

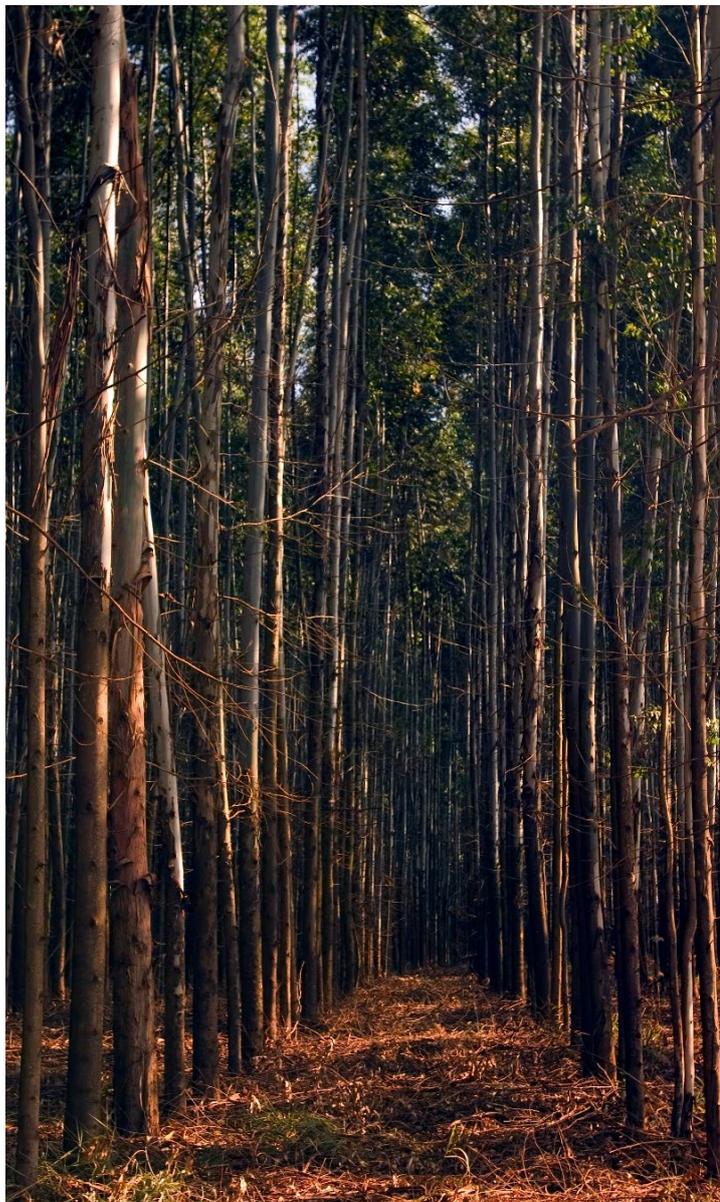
Em consonância com a nova lei europeia que entrará em vigor a partir de 2025, a qual vetará a importação de produtos de áreas desmatadas após 2020, a Coamo fornece aos clientes externos, o acompanhamento da origem dos produtos comercializados por intermédio de um eficiente sistema de rastreabilidade da produção.

A Coamo possui 11,9 mil hectares de propriedades rurais, dos quais 8,2 mil hectares com reflorestamento, 2,5 mil hectares de reserva permanente e legal, e 1,2 mil hectares destinados a pesquisas e outras áreas.

As áreas de reflorestamento são destinadas a produção da energia utilizada em nossas unidades operacionais e industriais.

Em conformidade à Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Coamo vem mantendo investimentos em cooperativas de catadores e outros agentes, cumprindo o Acordo Setorial assinado junto ao Ministério do Meio Ambiente. Na logística reversa de embalagens vazias de defensivos, a Coamo se destaca com um grande volume de recolhimento, totalizando mais de 3,487 milhões de embalagens recolhidas e destinadas em 2023.

Como parte das ações de educação e conscientização ambiental, direcionadas aos cooperados, funcionários e comunidade, foram realizadas ações alusivas à Semana do Meio Ambiente, com o tema escolhido pela Organização das Nações Unidas (ONU), que neste ano foi o combate à poluição plástica.



Quadro Social

A Coamo encerrou o ano com 31.665 cooperados, e devolveu R\$ 21,438 milhões de Capital Social para os cooperados que completaram mais de 65 anos de idade e 10 anos de permanência na cooperativa.

Visando a manutenção da Coamo para o futuro, foram promovidos treinamentos e palestras, para os cooperados, e eventos de desenvolvimento profissional e social para as esposas e filhas, objetivando a transformação do ambiente em que vivem, totalizando 13.962 participações.

O Programa Jovens Líderes formou 62 cooperados em 2023, iniciado em 1998, conta com 1.044 participantes que se aperfeiçoaram em gestão da propriedade rural.

Os programas sociais voltados para as crianças e adolescentes, que tem como objetivo preparar os futuros sucessores das propriedades agrícolas, e contribuir para o aprendizado sobre o cooperativismo, teve continuidade com a distribuição de 46 mil revistas Coamo Kids e a realização de 10 eventos do FuturoCoop com 1.067 participantes.

Após quatro anos, desde a última edição em 2019, a Copa Coamo voltou a ser realizada. Este ano, além do tradicional futebol suíço masculino, teve a participação das mulheres na categoria vôlei de areia, totalizando sete mil atletas e dirigentes, com um público de mais de quarenta e duas mil pessoas entre cooperados, familiares e convidados, em suas regionais e na grande final.





Gestão de Pessoas

O ano encerrou com 9.613 funcionários efetivos, dos quais 1.346 foram promovidos internamente, e contratou-se também uma média mensal de 1.609 funcionários temporários e terceirizados.

Neste ano foram realizadas 3.422 ações de aprendizagem, com 51.259 participações, beneficiando 90% do quadro total de funcionários, sendo que parte desses eventos foram apoiados pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – Sescop/Paraná.

O Programa Tempo de Casa homenageou 543 funcionários que completaram 10, 20, 30 e 40 anos de serviços, como forma de reconhecimento e valorização da história e dedicação deles junto à Coamo.

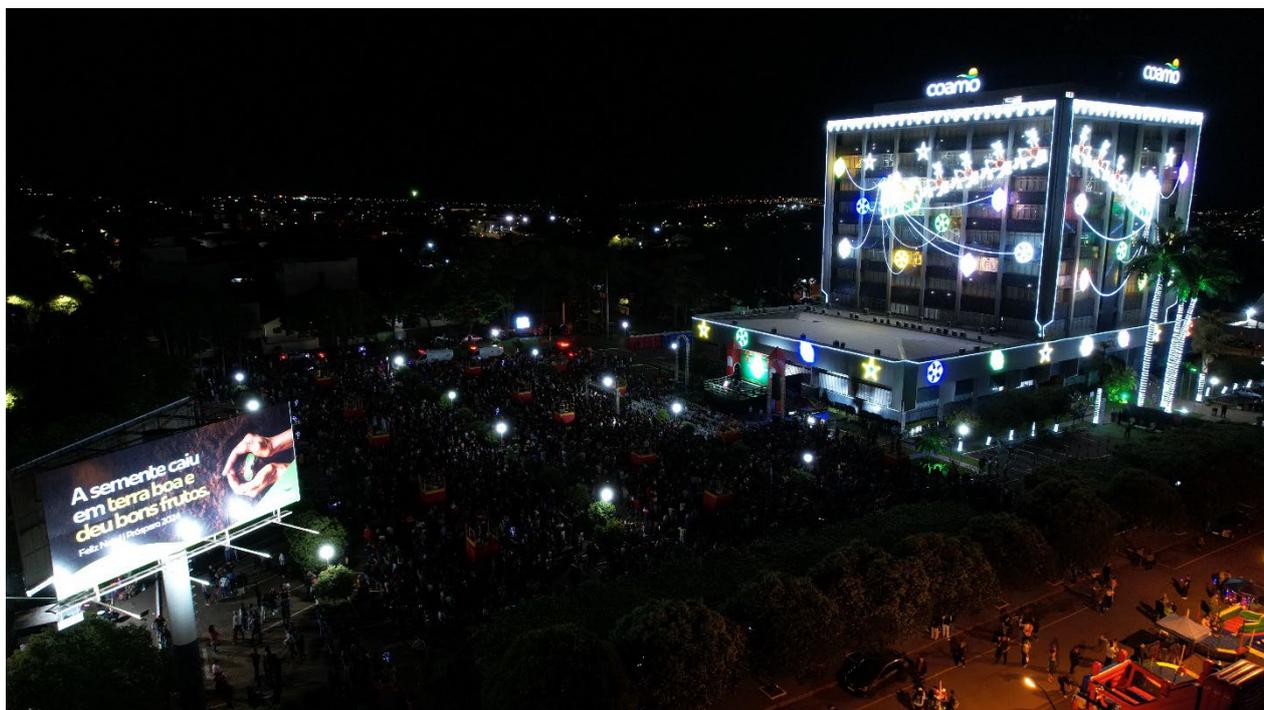
Comunidade

Os funcionários e cooperados se reuniram em prol da solidariedade, por meio de ações sociais do Programa “5S” e do “Dia de Cooperar”, onde participaram de forma voluntária para arrecadação e doação de alimentos não perecíveis, materiais de higiene pessoal e de limpeza, brinquedos, roupas, calçados e cobertores, além de doações de sangue, beneficiando milhares de pessoas das comunidades da área de ação da cooperativa.

Mediante a utilização da Lei de Incentivos Fiscais, a Coamo destinou recursos no montante de R\$ 3,037 milhões para os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso e outros de caráter cultural, artístico e esportivo, além dos Programas de Apoio a Atenção Oncológica e da Saúde da Pessoa com Deficiência.

Apoio financeiro aos projetos Xadrez, Tênis de Mesa e Futsal, no montante de R\$ 26,006 mil, em contrapartida ao programa municipal de Apoio Financeiro dos Projetos contemplados pela Lei de Incentivo ao Esporte de Campo Mourão, com destinação de parte do IPTU.

O Natal de Luzes da Coamo trouxe o tema “A semente caiu em terra boa e deu bons frutos”. O evento reuniu mais de seis mil pessoas em Campo Mourão e marcou o início das festividades natalinas no município e região.



Agradecimentos

Agradecemos a Deus por mais um ano à frente do Conselho de Administração da Coamo. O apoio e participação do quadro de cooperados nas atividades da cooperativa e o trabalho e dedicação dos Conselhos de Administração e Fiscal, da Diretoria Executiva e dos funcionários, e a colaboração e parceria de nossos clientes, fornecedores, instituições financeiras e entidades.

Eng. Agr. José Aroldo Gallassini

Presidente do Conselho de Administração

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO

LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

	N. E.	2023	2022
			Reclassificado
CIRCULANTE		11.420.645.101,95	13.527.897.677,64
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.409.346.994,05	2.185.265.400,06
Caixa		758.416,04	2.967.513,11
Bancos conta movimento		9.124.389,02	12.077.316,18
Aplicações de liquidez imediata	22.1	1.399.464.188,99	2.170.220.570,77
CRÉDITOS		4.918.827.366,01	4.344.218.106,58
Prêmio de trava cambial		6.456.595,85	629.800,30
Adiantamento a fornecedores		2.244.420,22	1.336.382,81
Associados	22.2	3.119.800.160,33	3.468.979.625,77
Não associados	22.3	13.471.328,49	12.760.114,44
Clientes	22.4	1.684.621.072,51	677.039.539,08
Tributos a recuperar	22.5	73.065.525,40	160.675.252,26
ICMS homologado para venda	22.6	13.109.109,28	17.694.983,63
Outros créditos	22.7	6.059.153,93	5.102.408,29
ESTOQUES		5.092.470.741,89	6.998.414.171,00
Produtos agrícolas	22.8	623.632.999,30	1.299.889.380,23
Bens de fornecimento	22.9	3.563.329.718,19	4.869.863.731,51
Produtos industrializados, mat. primas e mat. secundários	22.10	905.508.024,40	828.661.059,26
NÃO CIRCULANTE		5.948.963.123,50	5.578.473.480,51
Créditos com associados	22.2	349.284.214,64	323.651.477,64
Créditos com não associados	22.3	2.276.103,01	1.969.370,01
Clientes	22.4	1.453.382,13	1.995.547,66
Tributos a recuperar	22.5	199.859.019,89	164.873.931,51
Depósitos judiciais	22.11	16.631.097,20	14.503.144,17
Bens destinados à venda		1.097.189,29	2.093.109,36
ICMS homologado para venda	22.6	248.392.032,15	259.277.920,86
Outros créditos	22.7	5.718.460,45	5.735.252,83
Investimentos	22.12	12.127.946,96	11.058.362,65
Imobilizado	22.13	5.037.251.073,00	4.731.900.378,15
Biológico	22.14	59.759.123,13	47.876.843,35
Intangível	22.15	15.113.481,65	13.538.142,32
TOTAL DO ATIVO		17.369.608.225,45	19.106.371.158,15

Eng. Agr. JOSÉ AROLDI GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC – PR 31808/O-3

BALANÇO PATRIMONIAL

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

	N. E.	2023	2022
			Reclassificado
CIRCULANTE		4.141.199.960,19	7.168.370.877,43
Débitos com associados	22.16	1.369.130.302,43	2.892.494.711,56
Prêmio fidelidade associados		38.705.341,09	29.948.236,87
Débitos com não associados	22.17	152.837.763,54	181.220.257,89
Adiantamento de clientes		92.791.384,54	177.721.661,05
Fornecedores	22.18	585.074.387,90	350.835.761,57
Contas a pagar	22.19	106.536.407,91	166.788.561,27
Obrigações sociais, tributárias e trabalhistas	22.20	154.697.248,19	212.414.593,97
Obrigações com controladas		-	550.000.017,63
Instituições financeiras	22.21	1.072.410.578,16	2.152.561.008,84
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	22.22	569.016.546,43	454.386.066,78
NÃO CIRCULANTE		2.613.790.966,49	2.902.300.934,76
Débitos com associados	22.16	171.921.632,59	163.787.787,13
Prêmio fidelidade associados		54.019.012,58	66.813.226,67
Débitos com não associados	22.17	3.131,61	2.812,65
Contas a pagar	22.19	79.108.640,72	186.432.302,01
Obrigações sociais e tributárias	22.20	2.419.555,68	1.874.328,90
Instituições financeiras	22.21	1.882.092.913,87	2.096.211.657,01
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	22.22	63.561.046,33	31.754.476,69
Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis	22.23	360.665.033,11	355.424.343,70
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		10.614.617.298,77	9.035.699.345,96
Capital social integralizado	22.24	545.620.503,05	485.128.173,37
Reserva Legal		1.600.150.294,24	1.394.457.755,87
Reserva de assistência técnica, educacional e social		1.986.004.757,97	1.816.277.448,49
Reserva de desenvolvimento		5.105.095.127,24	4.380.244.518,01
Reserva de incentivos fiscais		747.415.570,89	545.461.072,94
Reserva para cobertura de riscos e autosseguro		177.470.586,86	182.425.000,00
Reserva para manutenção do capital de giro próprio		401.953.010,36	224.903.316,84
Outros resultados abrangentes	22.25	50.907.448,16	6.802.060,44
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		17.369.608.225,45	19.106.371.158,15

As notas explicativas fazem parte das demonstrações contábeis.

Eng. Agr. JOSÉ AROLD GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC – PR 31808/O-3

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

	2023	2022
		Reclassificado
INGRESSO E RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS	28.724.535.312,04	26.711.790.384,83
(-) Impostos e contribuições s/ ingresso e receita de vendas e serviços	500.673.456,05	638.324.007,17
INGRESSO E RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	28.223.861.855,99	26.073.466.377,66
(-) CUSTO DO INGRESSO E RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	23.304.706.713,17	21.946.348.244,92
SOBRA E LUCRO BRUTO	4.919.155.142,82	4.127.118.132,74
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS	649.706.958,76	942.697.188,08
Atividade operacional	385.730.994,60	583.067.957,43
Venda de imobilizado	42.110.540,14	53.932.352,79
Equivalência patrimonial de controladas	19.161.781,48	20.807.201,24
Resultado de participações em sociedades cooperativas	749.144,59	895.738,39
Venda de propriedades para investimento	-	1.194.021,32
Receita com subvenção governamental	201.954.497,95	282.799.916,91
(-) DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	3.306.142.391,42	2.483.434.164,62
Com pessoal	782.860.641,75	624.033.796,19
Administrativa	872.091.491,05	693.582.143,09
Depreciação, amortização e exaustão	158.496.885,00	132.292.581,97
Tributária	61.205.838,91	290.418.733,65
Comercial	1.431.487.534,71	743.106.909,72
SOBRA E LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	2.262.719.710,16	2.586.381.156,20
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	171.708.778,20	(253.414.874,68)
Ingresso e receita financeira	920.405.480,91	489.177.537,13
(-) Dispêndio e despesa financeira	748.696.702,71	742.592.411,81
SOBRA E LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS	2.434.428.488,36	2.332.966.281,52
(-) Imposto de renda	81.207.424,71	54.622.836,59
(-) Contribuição social sobre o lucro líquido	29.526.958,85	19.892.514,77
SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.323.694.104,80	2.258.450.930,16
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS		
Reserva Legal	204.864.001,60	209.573.080,09
Reserva de assistência técnica educacional e social	169.773.516,12	119.240.920,35
Reserva de desenvolvimento	724.850.609,23	686.818.281,62
Reserva de incentivos fiscais	201.954.497,95	282.799.916,91
Reserva para cobertura riscos e autossseguro	(4.954.413,14)	67.191.666,67
Reserva para manutenção capital de giro próprio	177.049.693,52	187.896.273,42
Ajuste de avaliação patrimonial	(190.692,10)	(800.885,08)
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	850.346.891,62	705.731.676,18
TOTAL DAS DESTINAÇÕES	2.323.694.104,80	2.258.450.930,16

Eng. Agr. JOSÉ AROLDO GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC - PR 31808/O-3

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS	SOBRA E LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	432.998.024,70	6.989.117.755,49	-	7.596.686,87	7.429.712.467,06
Movimentação de capital	52.130.148,67	-	-	-	52.130.148,67
Integralização de capital	769.867,60	-	-	-	769.867,60
Retenção de capital	75.520.556,77	-	-	-	75.520.556,77
Pagamento de capital	(24.160.275,70)	-	-	-	(24.160.275,70)
Sobra e lucro do exercício	-	-	2.258.450.930,16	-	2.258.450.930,16
Destinação do resultado	-	1.553.520.139,06	(2.258.450.930,16)	(800.885,08)	(705.731.676,18)
Reserva legal	-	209.573.080,09	(209.573.080,09)	-	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social	-	119.240.920,35	(119.240.920,35)	-	-
Reserva de desenvolvimento	-	686.818.281,62	(686.818.281,62)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	282.799.916,91	(282.799.916,91)	-	-
Reserva cobertura de risco e autosseguro	-	67.191.666,67	(67.191.666,67)	-	-
Reserva de manutenção do capital de giro próprio	-	187.896.273,42	(187.896.273,42)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	800.885,08	(800.885,08)	-
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	-	-	(705.731.676,18)	-	(705.731.676,18)
Subtotal em 31/12/2022	485.128.173,37	8.542.637.894,55	-	6.795.801,79	9.034.561.869,71
Outros resultados abrangentes	-	1.131.217,60	-	6.258,65	1.137.476,25
Reserva legal	-	956.089,27	-	-	956.089,27
Reserva de assistência técnica, educacional e social	-	175.128,33	-	-	175.128,33
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	6.258,65	6.258,65
Saldo em 31/12/2022	485.128.173,37	8.543.769.112,15	-	6.802.060,44	9.035.699.345,96
Movimentação de capital	60.492.329,68	-	-	-	60.492.329,68
Integralização de capital	789.357,00	-	-	-	789.357,00
Retenção de capital	87.111.112,91	-	-	-	87.111.112,91
Pagamento de capital	(27.408.140,23)	-	-	-	(27.408.140,23)
Sobra e lucro do exercício	-	-	2.323.694.104,80	-	2.323.694.104,80
Destinação do resultado	-	1.473.537.905,28	(2.323.694.104,80)	(190.692,10)	(850.346.891,62)
Reserva legal	-	204.864.001,60	(204.864.001,60)	-	-
Reserva de assistência técnica, educacional e social	-	169.773.516,12	(169.773.516,12)	-	-
Reserva de desenvolvimento	-	724.850.609,23	(724.850.609,23)	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	201.954.497,95	(201.954.497,95)	-	-
Reserva cobertura de risco e autosseguro	-	(4.954.413,14)	4.954.413,14	-	-
Reserva de manutenção do capital de giro próprio	-	177.049.693,52	(177.049.693,52)	-	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	190.692,10	(190.692,10)	-
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	-	-	(850.346.891,62)	-	(850.346.891,62)
Subtotal em 31/12/2023	545.620.503,05	10.017.307.017,43	-	6.611.368,34	10.569.538.888,82
Outros resultados abrangentes	-	782.330,13	-	44.296.079,82	45.078.409,95
Reserva legal	-	828.536,77	-	-	828.536,77
Reserva de assistência técnica, educacional e social	-	(46.206,64)	-	-	(46.206,64)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	4.357,55	4.357,55
Ajuste do valor de investimento	-	-	-	(108.154,75)	(108.154,75)
Ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	4.155.793,70	4.155.793,70
Tributos s/ ajuste de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	(53.393,19)	(53.393,19)
Ajuste instrumento financeiro passivo	-	-	-	40.740.357,61	40.740.357,61
Tributos s/ diferença contratual passivo finan. a pagar	-	-	-	(442.881,10)	(442.881,10)
Saldo em 31/12/2023	545.620.503,05	10.018.089.347,56	-	50.907.448,16	10.614.617.298,77

Eng. Agr. JOSÉ AROLDO GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC - PR 31808/O-3

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

	2023	2022
		Reclassificado
1. Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Sobra e lucro do exercício antes dos tributos	2.434.428.488,36	2.332.966.281,52
Ajustes por:		
Depreciação, amortização e exaustão	232.614.549,30	207.596.375,84
<i>Depreciação e exaustão no ano</i>	227.305.241,96	202.852.892,77
<i>Amortização no ano</i>	5.699.020,68	5.205.056,46
<i>Depreciação e amortização transferido para ativo imobilizado</i>	(389.713,34)	(461.573,39)
Juros sobre empréstimos tomados	442.588.386,72	300.717.940,36
Juros sobre contas a receber	(2.199.647,21)	(5.681.722,50)
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	15.442.935,16	2.404.040,58
Resultado na venda de ativos não circulante	(24.084.027,91)	(1.969.705,53)
Resultado de participações societárias e dividendos e equivalência patrimonial	(19.910.926,07)	(21.702.939,63)
Férias e 13º salário e encargos a pagar	10.011.537,11	11.946.293,50
Sobra e lucro ajustado	3.088.891.295,46	2.826.276.564,14
Variações nos ativos e passivos		
Aumento em contas a receber	(496.177.348,24)	(1.171.840.388,76)
Redução / aumento nos estoques	1.905.943.429,11	(1.786.973.276,91)
Aumento no ativo não circulante	(142.191.372,89)	(182.871.856,62)
Redução / aumento em fornecedores	(1.270.316.538,84)	94.611.301,79
Redução / aumento em obrigações a pagar	(684.803.065,59)	711.011.196,01
Redução / aumento no passivo não circulante	(106.197.794,77)	406.286.607,07
Imposto de renda e contribuição social pagos	(22.054.087,09)	(66.789.488,68)
Pagamentos de juros e correção monetária sobre empréstimos	(176.094.357,23)	(157.784.513,45)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	2.097.000.159,92	671.926.144,59
2. Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compras de imobilizado	(744.092.306,66)	(919.054.217,06)
Recebimentos por vendas de ativos não circulante	42.110.540,14	55.126.374,11
Recebimento de lucros e dividendos	19.430.706,04	23.942.941,02
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(682.551.060,48)	(839.984.901,93)
3. Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Integralização de capital	87.900.469,91	76.290.424,37
Pagamentos de sobras	(517.405.724,93)	(431.635.468,68)
Pagamentos adiantamento de sobras	(217.769.298,86)	(219.591.132,71)
Pagamentos de capital social	(27.408.140,23)	(24.160.275,70)
Aumento de reservas	45.078.409,95	1.137.476,25
Empréstimos tomados	4.487.538.346,47	2.701.604.197,68
Pagamentos de empréstimos	(6.048.301.567,76)	(1.230.549.590,91)
Caixa Líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(2.190.367.505,45)	873.095.630,30
4. Redução / aumento no caixa e equivalentes de caixa	(775.918.406,01)	705.036.872,96
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.185.265.400,06	1.480.228.527,10
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.409.346.994,05	2.185.265.400,06

Eng. Agr. JOSÉ AROLD O GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC – PR 31808/O-3

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

	2023	2022
1. INGRESSOS E RECEITAS	29.327.663.739,75	27.580.062.299,75
Ingresso e receita de vendas e serviços	28.724.535.312,04	26.711.790.384,83
Outros ingressos e receitas operacionais	587.685.492,55	865.867.874,34
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	15.442.935,16	2.404.040,58
2. INSUMOS ADQUIRIDOS	25.469.070.007,07	23.458.560.266,07
Custo dos ingressos/vendas e serviços	23.167.198.390,87	22.064.450.755,03
Dispêndio e despesa com materiais, energia, serviços de terceiros e outros	2.301.871.616,20	1.394.109.511,04
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	3.858.593.732,68	4.121.502.033,68
4. RETENÇÕES	232.614.549,30	207.596.375,86
Dispêndio e despesa de depreciação, amortização e exaustão	232.614.549,30	207.596.375,86
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	3.625.979.183,38	3.913.905.657,82
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	982.426.947,12	566.006.850,87
Resultado de equivalência patrimonial	19.161.781,48	20.807.201,24
Ingresso e receita financeira	920.405.480,91	489.177.537,13
Outros ingressos e receitas	42.859.684,73	56.022.112,50
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	4.608.406.130,50	4.479.912.508,69
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	4.608.406.130,50	4.479.912.508,69
Pessoal	899.616.590,35	747.112.148,70
Remuneração direta	750.289.406,15	624.496.097,46
Benefícios	96.546.485,76	76.519.005,43
FGTS	52.780.698,44	46.097.045,81
Impostos, taxas e contribuições	616.412.958,11	717.860.382,69
Federais	116.428.742,76	373.468.205,25
Estaduais	489.613.991,06	335.114.312,86
Municipais	10.370.224,29	9.277.864,58
Remuneração de capitais de terceiros	768.682.477,24	756.489.047,14
Juros	748.696.702,71	742.592.411,81
Aluguéis	19.985.774,53	13.896.635,33
Remuneração de capitais próprios	2.323.694.104,80	2.258.450.930,16
Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO	850.346.891,62	705.731.676,18
Retenção para reservas legais e estatutárias	1.271.392.715,23	1.269.919.337,07
Reserva de incentivos fiscais	201.954.497,95	282.799.916,91

Eng. Agr. JOSÉ AROLDI GALLASSINI
Presidente do Conselho de Administração

AIRTON GALINARI
Presidente Executivo

ALCIR SEBASTIÃO RIBEIRO
Contador CRC – PR 31808/O-3

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 | Valores expressos em R\$ 1,00

Nota 01

1 Informações Gerais

Coamo Agroindustrial Cooperativa, fundada em 28 de novembro de 1970, CNPJ N° 75.904.383/0001-21, com sede em Campo Mourão, Estado do Paraná, áreas de ação no Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. É uma sociedade de pessoas, que objetiva promover o desenvolvimento progressivo, a defesa das atividades sociais e econômicas de natureza comum. Controladora da *Coamo International VBA* e *Via Sollus Corretora de Seguros Ltda.* Principais atividades, recebimento das commodities agrícolas (soja, milho e trigo), industrialização de soja, trigo, algodão em pluma, café e fábrica de ração, produção de sementes, fornecimento de insumos agrícolas e demais mercadorias inerentes a atividade agrícola, terminal portuário, assistência técnica, pesquisa tecnológica, apoio aos seus cooperados do plantio a colheita, conforme estatuto social e legislação cooperativista. A opção tributária é lucro real anual.

Nota 02

2 Políticas contábeis e bases e preparação Escolha e mudanças em políticas contábeis

A seleção e aplicação de políticas contábeis foi realizada levando-se em conta as exigências previstas na NBC TG 23 (R2) editada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Foram considerados os fenômenos materializados em fatos contábeis, conforme a seguir demonstrado:

- a) Para os fenômenos econômicos-contábeis relevantes, para os quais existia norma, interpretação ou comunicado técnico específico, foi aplicado o contido nestas legislações.
- b) Para os fenômenos econômicos-contábeis relevantes, para os quais não existia norma, interpretação ou comunicado técnico específico, a administração da cooperativa exerceu julgamento e desenvolveu uma política que pudesse tornar a informação contábil útil à tomada de decisão econômica por parte dos usuários. Que as demonstrações contábeis pudessem representar adequadamente a posição patrimonial e financeira, do desempenho e os fluxos de caixa, e que estas demonstrassem a essência econômica das transações, tudo em conformidade com os itens 7 a 10 da NBC TG 23 (R2), e nos conceitos e características qualitativas da informação contábil, conforme previsto na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL editada pelo CFC, conforme a seguir:

Nota 02

1. Foram consideradas relevantes as informações capazes de fazer diferença nas decisões por parte dos usuários das demonstrações contábeis. Neste sentido foram considerados seus valores preditivos e confirmativos, isoladamente ou em conjunto.
2. Foram considerados como representados de maneira fidedignas as informações contábeis que apresentavam fenômeno de maneira completa, neutra e livre de erro e ainda retratando essencialmente a realidade econômica dos fatos contábeis.

A cooperativa, preocupada em apresentar aos usuários, informações contábeis úteis à tomada de decisão, conduziu sua política contábil atenta a comparabilidade, verificabilidade e tempestividade. Neste sentido teve como limitadores de ação o custo efetivo para tornar tais melhorias disponíveis. Para transações relevantes e semelhantes dentro de uma mesma categoria foram aplicadas as mesmas políticas, tanto para o exercício atual, quanto para o exercício comparativo, visando melhorar a comparabilidade das informações.

Eventuais mudanças em políticas contábeis somente foram realizadas por exigência de norma, interpretação ou comunicado técnico, ou, para tornar a informação fidedigna e mais relevante nas demonstrações contábeis.

Reconhecimento de ativos

O recurso controlado como resultado de eventos passados, e, do qual se esperava que fluíssem futuros benefícios econômicos para a cooperativa foi considerado como ativo. Tais ativos foram reconhecidos à medida que existia probabilidade de benefício econômico futuro e que seu custo ou valor pudesse ser medido em bases confiáveis.

Mensuração dos ativos

Os ativos foram mensurados através do custo histórico, custo histórico amortizado, valor justo e equivalência patrimonial. Onde, o custo histórico representa a quantidade de caixa ou equivalentes de caixa ou o valor justo do ativo dado para adquirir o ativo quando de sua aquisição.

Ativo circulante e não circulante

Foram considerados como ativo circulante todos os ativos, para os quais se esperava realizar, vender ou consumir durante o ciclo operacional normal da cooperativa; ativos mantidos essencialmente com a finalidade de negociação; se esperava realizar o ativo no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; e caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo foi considerada como restrita durante pelo menos doze meses após a data das demonstrações contábeis. Todos os demais ativos foram classificados como não circulantes.

Reconhecimento de passivos

Foram reconhecidos como passivos as obrigações presentes, derivadas de eventos

Nota 02

passados, cuja liquidação se esperava que resultasse na saída de recursos da cooperativa. O reconhecimento dos passivos foi realizado à medida que existia probabilidade de redução de benefício econômico futuro e que o valor ou custo pudesse ser estimado de maneira confiável.

Mensuração de passivos

Os passivos financeiros relevantes exigíveis a curto prazo foram mensurados pelo valor total da obrigação. Já os de longo prazo foram mensurados pelo valor total da obrigação ajustados a valores presente.

Os demais passivos foram mensurados pela melhor estimativa de valor de liquidação na data de encerramento das demonstrações contábeis.

Passivo circulante e não circulante

Foram classificados como passivo circulante aqueles que a cooperativa esperava liquidar durante o ciclo operacional natural; os passivos mantidos essencialmente para a finalidade de negociação; o passivo era exigível no período de até doze meses após a data das demonstrações contábeis; ou a cooperativa não tinha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data de divulgação. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

Patrimônio líquido

O valor do capital social está formado pelas quotas-partes dos associados, que está registrado no Patrimônio Líquido da cooperativa, exceto os valores a restituir aos associados, aqueles que pediram para deixar de ser sócios, foram demitidos, eliminados ou excluídos. Estes valores foram transferidos para contas passivas até a respectiva restituição aos associados, tudo em conformidade com disposto no § 4º do Art. 24 da Lei n.º 5.764/1971 e item 21 da ITG 2004.

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a cooperativa está em atividade, e assim irá manter-se por um futuro previsível, com o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

Reconhecimento de ingressos e receitas

O processo de reconhecimento do ingresso/receita, decorrente de ato cooperado ou não, relativo à operação da cooperativa, se deu com base na NBC TG 47 emitida pelo CFC, levando-se em consideração a identificação de cada operação, as obrigações de desempenho da cooperativa junto a cada contrato formalizado ou não, onde a receita somente foi reconhecida à medida que as obrigações de desempenho foram sendo cumpridas.

Nota 02

Os ingressos/receitas de vendas e serviços somente foram reconhecidos quando foi possível estimar de forma confiável e ainda de acordo com o estágio de execução do referido serviço, através do método da percentagem completada, e quando todas as seguintes condições foram consideradas satisfeitas: o valor do ingresso/receita pode ser mensurado de forma confiável; era provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluíssem para a cooperativa; o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável; os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação puderam ser mensurados de forma confiável, tudo em conformidade com o que determina a NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL, item nº 4.68 e 4.71 que assim determina “ingressos são aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumentos no patrimônio líquido”; “Ingressos/dispêndios são os elementos da demonstração de resultado que se referem ao desempenho financeiro da cooperativa”. Item 5.18 “é apropriado se fornecer não apenas informações relevantes, mas representação fidedigna de ingressos e dispêndios”.

As receitas decorrentes de aplicações financeiras, foram reconhecidas através do regime de competência sempre que era provável que benefícios econômicos associados com a transação fluíssem à cooperativa e o valor da receita pudesse ser mensurado de forma confiável. Os juros foram reconhecidos através da aplicação do método da taxa efetiva de juros.

As operações que foram realizadas para recebimento a longo prazo, cujo suporte de financiamento tenha sido da cooperativa, as receitas decorrentes do ato financeiro foram reconhecidas como receitas financeiras através do método da taxa efetiva de juros.

Os ingressos/receitas de vendas e serviços, foram reconhecidos pelo valor justo recebido ou a receber através do regime de competência. Na definição do valor justo foi levado em consideração o valor de qualquer desconto comercial e os descontos e abatimentos por volume concedidos pela cooperativa.

Reconhecimento de Dispêndios e Despesas

Os dispêndios/despesas foram reconhecidos no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com os ingressos/receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC.

Modelo Contábil e Declaração de Conformidade

O modelo contábil adotado pela cooperativa é o previsto na ITG 2004, emitida pelo CFC, que regula a contabilidade de entidades cooperativas. Subsidiariamente, com base no item nº 2 da ITG 2004, a cooperativa aplicou as normas completas de contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, uma vez que, segundo o conceito estabelecido através do Art. 3º, Parágrafo único, Lei nº 11.638/2007, é considerada cooperativa de grande porte. A cooperativa declara que está em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade editadas pelo CFC, convergidas as normas internacionais, *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

3 Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas conforme as políticas contábeis adotadas no Brasil, pelas normas, interpretações e comunicados técnicos emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade, em especial pela NBC TG 26 (R5), em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, e alterações contidas nas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009.

As estruturas das demonstrações contábeis estão alinhadas ao previsto na NBC TG 26 (R5), conforme determina o item 25 da ITG 2004, ambas legislações, emitidas pelo CFC, valendo-se do contido no item nº 10 da NBC TG 26 (R5) que permite que a entidade possa usar outros títulos nas demonstrações em vez daqueles usados na referida norma, desde que não contrarie a legislação societária brasileira vigente.

A cooperativa elaborou o seguinte conjunto de demonstrações contábeis, conforme previsto no item nº 10 da NBC TG 26 (R5): Balanço Patrimonial – BP; Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP; Demonstração de Sobras ou Perdas Abrangentes – DSP a que foi apresentada em coluna específica dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, conforme faculta o item nº 10A da NBC TG 26 (R5); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; e Demonstração do Valor Adicionado – DVA. Em todas as demonstrações foram apresentados os saldos do final do exercício, bem como do final do exercício anterior para fins de comparabilidade.

A Cooperativa deixou de apresentar as demonstrações contábeis consolidadas conforme no item nº4 da NBC TG 36 (R3) pelas seguintes condições:

- a) A Cooperativa é controladora integral da *Coamo Internacional VBA* e como tal não vê necessidade de consolidar as demonstrações contábeis pela pouca relevância do investimento no seu patrimônio líquido;
- b) Da mesma forma ocorre com a controlada *Via Sollus Corretora de Seguros LTDA*, onde o investimento é irrelevante no seu patrimônio líquido;
- c) Seus instrumentos de dívida ou patrimoniais não são negociados em bolsa de valores nacional ou estrangeira ou mercado de balcão;
- d) Não tem processos de arquivamento de suas demonstrações contábeis na Comissão de Valores Mobiliários ou outro órgão regulador, visando a distribuição pública de qualquer tipo ou classe de instrumento de mercado de capitais.

Nota 04

4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram apresentadas em Real (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação da cooperativa nas demonstrações contábeis. A definição desta moeda se deu através dos critérios previstos nos itens 9 a 14 da NBC TG 02 (R3) emitida pelo CFC.

As transações em moedas estrangeiras foram inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e ajustadas a taxa vigente no encerramento do exercício. Os ganhos e as perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional foram reconhecidos na demonstração de sobras ou perdas, ou, dentro do patrimônio líquido quando se tratava de resultados abrangentes, em especial as qualificadas como *Hedge Accounting* de fluxo de caixa, em conformidade com a NBC TG 48 emitida pelo CFC.

Nota 05

5 Regime tributário

As sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica não terão incidência do imposto sobre suas atividades econômicas, de proveito comum, sem objetivo de lucro (Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, art. 3º e art. 4º e decreto nº 9.580/2018, art. 193). Já para resultado positivo decorrente de ato não cooperativo, operações e atividades estranhas à sua finalidade serviu de base de cálculo para recolhimento de tributos, com base no Lucro Real, conforme (Lei nº 5.764, de 1971, art. 85 ao art. 88 e art. 111; e Lei nº 9.430, de 1996, art. 1º e art. 2º e decreto 9.580/2018, art. 194).

Nota 06

6 Dos fundos e reservas

Os fundos, conforme previstos no Art. 28 da Lei nº 5.764/1971, e Art. 60 a 64 do Estatuto Social, alterado para reserva pela ITG 2004, item 5, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade, reservas: legal, de assistência técnica educacional e social, de desenvolvimento, de manutenção do capital de giro próprio. A reserva para cobertura de riscos e autossseguro foi aprovada na 27ª AGE em 10/08/1984, com a finalidade de suportar eventuais riscos com incêndio e vendaval para armazéns, produtos estocados, móveis e utensílios e estoque de materiais e reduzir dispêndios com prêmios de seguros. A reserva de incentivos fiscais constituída, refere-se à subvenção governamental para desenvolvimento de atividade operacional do Estado do Mato Grosso do Sul no município de Dourados, na instalação de uma indústria de óleo e refinaria e crédito presumido do Estado do Paraná.

Nota 07

7 Análise de recuperabilidade

Ao final do período, a cooperativa, fez a análise de recuperabilidade dos ativos que se encontravam mensurados pelo custo ou custo amortizado, aplicando as normas específicas exigidas para cada tipo de ativo. Os ativos, para os quais, não existia exigência de recuperabilidade em norma específica, foi aplicada a determinação da norma genérica, NBC TG 01(R4) – emitida pelo CFC, para certificar-se de que nenhum ativo pudesse estar mensurado acima do valor justo. Após toda a análise, a administração da cooperativa, concluiu que todos os ativos estavam apresentados no Balanço Patrimonial por valor recuperável através da venda ou do uso, fato este que dispensou a concretude de laudos de avaliação de ativos individualmente, ou, em unidades geradoras de caixa.

Nota 08

8 Ajuste a valor presente

Seguindo o que preceitua a NBC TG 12 e demais legislações contábeis esparsas, foram realizados os ajustes a valor presente das operações de longo prazo, e, as de curto prazo quando consideradas relevantes. O ajuste a valor presente foi realizado com base em taxas de descontos que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo e do passivo em suas datas originais. (NBC TG 12, item 21). A contabilização se deu através de subconta redutora do ativo ou passivo, propiciando assim a melhor visualização. Os juros foram sendo transferidos para o resultado, ou para o custo de ativos, pelo regime de competência como ingressos/receitas ou dispêndios/despesas financeiras, ou, foram agregadas aos valores dos ativos, especialmente para ativos qualificáveis ou elegíveis, através da aplicação da taxa efetiva de juros.

Nota 09

9 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções ou assistências governamentais foram reconhecidas quando existia razoável segurança de que a cooperativa tinha todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e que ela teria probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros.

Tais subvenções foram reconhecidas quando existia segurança de que a cooperativa tinha condições de cumprir todos os compromissos assumidos.

Antes de tais garantias as contrapartidas foram registradas como passivos em conformidade com a NBC TG 07 (R2) do CFC.

Nota 10

10 Combinação de negócios

As combinações de negócios foram tratadas conforme determina a norma NBC TG 15 (R4) do CFC, sendo que a política de reconhecimento de ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos foi pautada sobre as definições, de ativo e de passivo, dispostas na NBC TG ESTRUTURA CONCEITUAL. Assim, eventuais ativos ou passivos que não se qualificaram conceitualmente dentro da norma citada, não foram reconhecidos dentro da combinação de negócios. Os ativos e passivos reconhecidos em combinação de negócios foram mensurados a valor justo na data de aquisição.

Nota 11

11 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada

Os ativos não circulantes, em especial, o classificado contabilmente como imobilizado, foram reclassificados para ativo circulante e ativo não circulante mantido para venda em operação descontinuada a partir do momento em que a cooperativa deixou de utilizá-los como imobilizado e colocou-os a venda de maneira livre e disponível para venda dentro de condições esperadas de venda no mercado, dentro da política estabelecida pela NBC TG 31 (R4) do CFC.

Os ativos classificados como mantidos para venda em operação descontinuada, foram mensurados pelo custo amortizado sem a aplicação da taxa de depreciação enquanto se mantiveram nesta classificação. A cooperativa certificou-se para que o valor contábil não fosse maior que o valor justo de venda líquido, esperado em uma transação não forçada, deduzida da sua respectiva despesa de venda. Tal procedimento foi realizado especialmente para garantir a recuperabilidade de tais valores, em consonância com a NBC TG 01 (R4) do CFC.

Para os ativos recebidos em dação em pagamento foram aplicadas as mesmas políticas descritas anteriormente.

Nota 12

12 Evento subsequente

A cooperativa realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis e desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise se constatou que nenhum evento importante e impactante foi constatado.

Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

Nota 13

13 Custos de empréstimos Ativos qualificáveis ou elegíveis

Os ativos imobilizados que foram financiados, foram denominados ativos qualificáveis. Os encargos financeiros, incorridos durante o período da construção de tais ativos, foram considerados como custo dos ativos imobilizados. As taxas de capitalização aplicadas foram as dos respectivos contratos, conforme faculta da NBC TG 12 do CFC. Já o processo de capitalização dos juros foi realizado pela observância da NBC TG 20 (R2) do CFC, e estão a seguir representados:

Descrição	2023	2022
Unidades industriais	16.611.766,76	2.609.995,88
Unidades operacionais	20.849.550,27	20.835.775,10
Terminal portuário	256.747,59	7.076,05
Melhorias na capacidade de recebimento e armazenagem nas unidades	14.412.648,84	4.362.801,58
Total	52.130.713,46	27.815.648,61

Nota 14

14 Hedge de fluxo de caixa das exportações

A cooperativa adquiriu seus estoques em moeda nacional e exportou parte deles em dólar. Com base em contratos de venda para o exterior, realizou operação de câmbio, com adiantamento de contrato de câmbio, recebendo de forma antecipada, ficando com a obrigação de exportar para liquidar a operação. Parte dessas exportações, foram realizadas com proteção cambial, de câmbio pronto e trava de câmbio. O risco de variação cambial nas exportações, foi anulado, uma vez que o ativo recebível, passou a ser item não monetário, conforme item 16 NBC TG 02 (R3), com a obrigação da entrega física do produto exportado. A variação cambial de transação liquidada, foi reconhecida no resultado, conforme NBC TG 48 do CFC.

Nota 15

15 Instrumentos financeiros

As aplicações financeiras foram atualizadas pelas taxas pactuadas nos respectivos contratos, calculadas e apropriadas pro rata dia. Os créditos a receber foram apresentados líquidos do ajuste a valor presente, conforme determina a NBC TG 12 do CFC, calculado sobre as parcelas dos fornecimentos a prazo, com base nas taxas de juros de mercado. A prática contábil adotada para os instrumentos financeiros foi pautada no que determinam as normas emitidas pelo CFC: NBC TG 39 (R5), NBC TG 40 (R3) e NBC TG 48. Para os instrumentos financeiros básicos foi adotado o método do custo amortizado. O reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, foi efetivamente realizado quando a cooperativa se tornou parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. A mensuração inicial de ativos e passivos financeiros se deu através do custo da operação, incluindo os custos de transação, com exceção dos instrumentos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado. Sempre que o instrumento financeiro se caracterizava como operação de financiamento, os ativos e passivos foram ajustados a valor presente com base nos pagamentos futuros.

Nota 16

16 Provisões, ativos e passivo contingentes

As provisões quando envolviam incertezas foram constituídas dentro da melhor estimativa, fortemente alicerçadas sobre opiniões de especialistas. Quando ligadas à área jurídica, refletem a opinião dos assessores jurídicos e advogados responsáveis por tais demandas, sempre levando em conta o recomendado pelas Características Qualitativas, visando a melhor representação patrimonial e financeira.

A opinião dos advogados encontra-se baseada no critério da similaridade com processos anteriores, a complexidade e o próprio posicionamento dos Tribunais.

Desta forma, a administração da cooperativa considera que as provisões são suficientes e refletem a melhor posição patrimonial nas respectivas datas das demonstrações contábeis.

As provisões foram constituídas quando a cooperativa tinha uma obrigação na data das demonstrações contábeis resultado de eventos passados, da qual era provável a exigência de benefício econômico para liquidação e o valor da obrigação pudesse ser estimado em base confiável. A cooperativa impetrou manifestações de inconformidade relativas a glosas de créditos PIS/COFINS junto à Receita Federal do Brasil.

Nota 17

17 Estoques

Apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor realizável líquido, conforme determina o item 9 da NBC TG 16 (R2) do CFC. Os custos dos estoques foram determinados pelo método de custo médio líquido dos impostos recuperáveis. Em relação ao volume a fixar de produtos agrícolas de ato cooperativo, a cooperativa recebe de acordo com o ajuste Sinief 18/2017, “entrada de mercadoria com previsão de posterior fixação de preço”, o entendimento da cooperativa é que esse produto não deve ser considerado como estoque próprio disponível para comercialização, por não atender a definição de ativo, em observância ao item 16 da ITG 2004. O art. 83 da lei 5.764/1971, dá plenos poderes para sua livre disposição, mas a cooperativa tem como prática não negociar o produto a fixar. A essência da operação de produtos a fixar de cooperado, tem por finalidade receber, beneficiar e padronizar, deixando o produto pronto para a comercialização no mercado. O ativo gera necessidade de caixa e benefícios econômicos futuros a partir da fixação de preço.

Nota 18

18 Imobilizado

A política de reconhecimento e mensuração de ativo imobilizado foi construída pela cooperativa a partir das diretrizes da NBC TG 27 (R4) do CFC. O reconhecimento se deu pelo valor do custo de aquisição ou construção, acrescido quando aplicável de juros durante o período de construção, deduzido da depreciação acumulada. Foram considerados imobilizados os ativos tangíveis que são mantidos para uso na produção, fornecimento de bens e de serviços, ou para fins administrativos e que se espera que sejam utilizados durante mais do que um período. O reconhecimento dos itens do imobilizado se deu quando existia probabilidade de benefício econômico futuro para a cooperativa e o custo do item foi mensurado de maneira confiável e ainda quando a cooperativa assumia substancialmente os riscos, os benefícios e o controle de tais ativos, dentro da primazia da essência sobre a forma. Peças de reposição industrial de uso interno foram classificadas como ativo imobilizado quando se esperava usá-las por mais de um período. Da mesma forma, quando pudessem ser utilizados somente em conexão com itens do ativo imobilizado, também foram contabilizados como ativo imobilizado.

A depreciação foi calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada. Foi considerado como valor residual o valor estimado que a cooperativa obterá com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.

Para situações em que não se visualizava um mercado ativo, o valor residual, foi considerado como sendo zero.

Nota 19

19 Ativos biológicos

Os ativos biológicos foram mensurados pelo valor contábil, visto serem de utilização como fonte de energia material de consumo interno.

Nota 20

20 Intangíveis

Os intangíveis foram reconhecidos somente quando era provável que benefícios econômicos futuros pudessem advir para cooperativa e o custo do intangível pudesse ser mensurado com confiabilidade. Os ativos intangíveis gerados internamente para os quais a cooperativa teve dificuldade para identificar a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros, ou que não foi possível determinar com confiabilidade o custo, tais gastos, foram reconhecidos como dispêndio no resultado. O intangível é composto por gastos com software dos sistemas operacionais, avaliados pelo custo de aquisição.

A amortização dos intangíveis foi realizada pela aplicação do método linear, tendo como base o tempo previsto em contrato, sendo o valor residual considerado zero, tendo em vista não se visualizar mercado ativo para os intangíveis reconhecidos pela cooperativa. Já os intangíveis considerados com vida útil por tempo indeterminado, não foram amortizados.

Ao final do período a administração fez uma análise sobre a recuperabilidade dos intangíveis e considerou-os recuperáveis pelo valor líquido reconhecido, em conformidade com a NBC TG 04 (R4).

Nota 21

21 Determinação do resultado apurado

O resultado do ato cooperativo, foi calculado por produto e atividade, conforme as operações, em conformidade com a política presente na ITG 2004. Os ingressos e dispêndios que puderam ser conhecidos na origem foram registrados na conta de associado, os ingressos, dispêndios e custo que são comuns para associado e não associado, foram separados na proporção das operações pelo índice de participação de associado e não associados, apresentado na demonstração de sobras ou perdas. O resultado das operações com não associados, foram registradas separadas, permitindo o cálculo para incidência de tributos conforme determina a Lei nº 5.764/1971.

Nota 22.1

22 Balanço Patrimonial

22.1 Aplicações Financeiras

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Títulos com opção de recompra	1.067.242.312,26	-	1.067.242.312,26	1.833.162.443,35
Letra de arrendamento mercantil	299.034.526,66	-	299.034.526,66	302.283.006,49
Fundos de curto prazo	33.187.350,07	-	33.187.350,07	34.775.120,93
Total	1.399.464.188,99		1.399.464.188,99	2.170.220.570,77

Nota 22.1

Estão representados por aplicações financeiras de curto prazo, lastreadas em Certificado de Depósito Bancário - CDB indexados à taxa de Depósito Interbancário - DI, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do levantamento do balanço patrimonial (*pro rata temporis*).

A política de aplicação dos recursos de caixa segue estritamente as diretrizes da Resolução R-399 - Política Financeira da cooperativa, que consiste em: avaliação de risco das instituições financeiras; observância dos limites de caixa; garantia de liquidez dos recursos; concentração de recursos por instituição; rastreabilidade das informações, análises e alçadas de aprovação.

Nota 22.2

22 Balanço Patrimonial

22.2 Créditos com associados

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Bens de fornecimento	3.372.081.417,08	340.424.668,99	3.712.506.086,07	4.005.884.818,19
Programa de Regularização Tributária Rural - PRR	21.727.873,42	139.003.418,84	160.731.292,26	163.861.920,91
Serviços	8.231.148,63	22.560,72	8.253.709,35	7.341.446,49
Adiantamentos	795.672,57	5.319.979,54	6.115.652,11	5.434.587,11
Empréstimos financeiros repassados	-	889.320,90	889.320,90	920.728,52
(-) Perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa	111.409.175,34	135.533.247,93	246.942.423,27	206.614.582,98
(-) Ajuste a valor presente	171.626.776,03	842.486,42	172.469.262,45	184.197.814,83
Total	3.119.800.160,33	349.284.214,64	3.469.084.374,97	3.792.631.103,41

Nota 22.3

22 Balanço Patrimonial

22.3 Créditos com não associados

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Bens de fornecimento	13.503.919,61	462.037,71	13.965.957,32	13.627.234,51
Programa de Regularização Tributária Rural - PRR	447.759,43	4.761.041,35	5.208.800,78	5.265.172,30
Serviços e outros	1.017,44	893.331,51	894.348,95	975.010,49
(-) Perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa	481.367,99	3.840.307,56	4.321.675,55	5.137.932,85
Total	13.471.328,49	2.276.103,01	15.747.431,50	14.729.484,45

Nota 22.4

22 Balanço Patrimonial

22.4 Clientes

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Mercado interno	447.011.419,59	1.453.382,13	448.464.801,72	604.875.027,97
Não relacionados	452.233.423,12	3.626.885,92	455.860.309,04	635.245.914,81
Não relacionados – Recuperação judicial	1.484.711,26	4.175.365,19	5.660.076,45	6.866.873,41
(-) Ajuste a valor presente	243.754,74	434.641,33	678.396,07	672.455,51
(-) Perda estimada p/ crédito de liquidação duvidosa	6.462.960,05	5.914.227,65	12.377.187,70	36.565.304,74
Mercado externo	1.237.609.652,92	-	1.237.609.652,92	74.160.058,77
Relacionados	1.224.427.605,65	-	1.224.427.605,65	73.542.998,00
Não relacionados	13.182.047,27	-	13.182.047,27	617.060,77
Total	1.684.621.072,51	1.453.382,13	1.686.074.454,64	679.035.086,74

Nota 22.5

22 Balanço Patrimonial

22.5 Tributos a recuperar

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
ICMS em conta gráfica	3.266.732,32	134.866.524,20	138.133.256,52	118.596.717,50
ICMS de ativo imobilizado	-	64.992.495,69	64.992.495,69	63.056.939,13
PIS e COFINS	62.471.112,14	-	62.471.112,14	99.185.202,93
Imposto de renda retido na fonte	5.633.466,88	-	5.633.466,88	6.472.794,13
Saldo negativo de IRPJ e CSLL	1.404.556,98	-	1.404.556,98	37.814.733,04
Outros tributos	289.657,28	-	289.657,28	422.797,04
Total	73.065.525,60	199.859.019,89	272.924.545,49	352.549.183,77

Nota 22.6

22 Balanço Patrimonial

22.6 ICMS homologado para venda

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
ICMS homologado para venda – PR	13.299.020,02	345.796.860,57	389.095.880,59	413.076.984,83
(-) Deságio de ICMS homologado para venda – PR	3.004.292,75	127.404.828,42	130.409.121,17	140.446.062,11
ICMS homologado para venda – SC	2.940.838,05	-	2.940.838,05	4.583.529,80
(-) Deságio de ICMS homologado para venda - SC	126.456,04	-	126.456,04	241.548,03
Total	13.109.109,28	248.392.032,15	261.501.141,43	276.972.904,49

Nota 22.6

O Crédito homologado Paraná, será utilizado para aquisição de ativo imobilizado e energia elétrica já o crédito homologado Santa Catarina, será negociado no mercado. Os créditos classificados como não circulantes, serão negociados de acordo com oportunidades de mercado.

Nota 22.7

22 Balanço Patrimonial

22.7 Outros créditos

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Ressarcimento de ICMS ST	-	4.706.480,82	4.706.480,82	4.706.480,82
Adiantamento de salários	4.134.309,22	-	4.134.309,22	4.440.836,68
Ressarcimento de perdas industriais	1.064.887,24	-	1.064.887,24	-
Ressarcimento de tributos	679.471,56	-	679.471,56	-
Adiantamento de viagens	106.027,20	-	106.027,20	97.904,65
Transportadoras	40.318,33	-	40.318,33	524.139,61
Outros valores a receber	31.140,38	1.011.979,63	1.046.120,01	1.068.299,36
Total	6.059.153,93	5.718.460,45	11.777.614,38	10.837.661,12

Nota 22.8

22 Balanço Patrimonial

22.8 Estoques de produtos agrícolas

Descrição	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo	2023 Total Estoque	2022 Total Estoque
Trigo	395.500.856,61	15.935.365,04	411.436.221,65	378.053.988,84
Soja	40.822.348,36	108.506.668,52	149.329.016,88	139.713.991,26
Milho	25.622.958,70	14.409.863,06	40.032.821,76	754.159.729,28
Café	2.036.368,13	10.393.430,79	12.429.798,92	13.598.796,23
Algodão	1.381.760,53	8.804.608,05	10.186.368,58	13.866.428,92
Aveia	216.130,12	2.641,39	218.771,51	496.445,70
Total	465.580.422,45	158.052.576,85	623.632.999,30	1.299.889.380,23

A posição do volume a fixar de produtos agrícolas na data base de 31 de dezembro de 2023, é de 55.672.124 sacas, que, se valoradas ao valor justo correspondem ao montante de R\$ 4.334.115.517,34.

Nota 22.9

22 Balanço Patrimonial

22.9 Estoques de bens de fornecimento

Descrição	2023	2022
Defensivos agrícolas	1.744.011.085,41	2.285.820.768,15
Fertilizantes	471.686.592,67	752.437.048,72
Sementes	430.552.514,32	391.715.153,19
Peças e acessórios	134.365.914,17	119.309.071,33
Máquinas e implementos agrícolas	111.190.406,73	103.056.947,42
Corretivos	71.840.797,27	70.787.309,18
Produtos veterinários e rações	66.715.857,67	91.299.304,54
Pneus, acessórios e baterias	44.285.855,39	58.508.238,03
Óleos e lubrificantes	34.638.336,54	31.796.482,34
Adiantamento a fornecedores	448.117.579,26	961.323.245,19
Mercadorias a receber	3.527.994,32	1.038.782,14
Outros bens de fornecimento	2.396.784,44	2.768.381,28
Total	3.563.329.718,19	4.869.863.731,51

Nota 22.10

22 Balanço Patrimonial

22.10 Estoques de produtos industrializados, matérias-primas e materiais secundários

Descrição	2023	2022
Farelo de soja	331.570.036,10	267.990.491,32
Óleo de soja bruto degomado	37.960.234,82	97.940.394,97
Óleo de soja refinado	6.511.612,93	20.912.974,93
Margarina	9.396.009,81	9.682.899,60
Gordura vegetal	5.315.487,33	7.343.484,51
Fio de algodão	15.818.485,37	13.615.766,98
Farinha de trigo	5.656.300,12	6.801.252,42
Farelo de trigo	385.022,82	814.281,80
Café torrado e moído	2.901.667,89	2.508.555,31
Sementes Coamo	51.052.993,48	81.479.097,21
Rações Coamo	4.559.176,73	-
Materiais secundários e embalagens	325.924.669,91	241.557.176,17
Matérias-primas	76.921.786,39	63.466.491,86
Adiantamento a fornecedores	22.578.887,00	-
Importação em andamento	8.833.957,88	14.381.493,78
Mercadorias a receber	121.695,82	166.698,40
Total	905.508.024,40	828.661.059,26

Nota 22.11

22 Balanço Patrimonial

22.11 Depósitos judiciais

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná	-	13.920.856,38	13.920.856,38	12.560.928,17
ISSQN	-	1.206.721,52	1.206.721,52	1.047.001,98
Recursais trabalhistas	-	598.550,60	598.550,60	266.427,80
Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT	-	346.134,81	346.134,81	307.341,74
IPI – Ressarcimento correção monetária	-	275.000,00	275.000,00	275.000,00
Funrural	-	231.469,21	231.469,21	-
Outros	-	52.364,68	52.364,68	46.444,48
Total	-	16.631.097,20	16.631.097,20	14.503.144,17

Sindicato dos Operadores Portuários do Estado do Paraná (Sindop): tutela antecipada para que seja efetuado depósito, em Caderneta de Poupança vinculada ao Juízo de primeiro grau, da diferença entre o valor das tarifas de custeio vigentes antes da alteração determinada pela Portaria n.º 282/01 do Ministério dos Transportes, acrescida do aumento de 21,30%, determinado pelo artigo 2º da Portaria n.º. 715/07 da Antaq - Agência Nacional de Transportes Aquaviários.

Nota 22.12

22 Balanço Patrimonial

22.12 Investimentos

Os investimentos em outras sociedades cooperativas foram avaliados pelo custo de aquisição e seus resultados foram contabilizados, pelo regime de competência, em conta de ingresso ou dispêndio, em conformidade com a ITG 2004 do CFC, e, estão representados a seguir:

Descrição	Participação no capital	2023 Total	Participação no capital	2022 Total
Cooperativas		6.672.500,35		5.812.146,70
Coocentral – Coop. Central de Pesquisa Agrícola	13,540%	3.918.784,36	13,540%	3.914.811,59
Credicoamo Crédito Rural Cooperativa	0,384%	1.700.650,55	0,305%	1.097.696,96
Sicredi	0,241%	969.415,46	0,241%	722.661,03
Outras	-	83.649,98	-	76.977,12
Controladas		5.455.446,61		5.246.215,95
Via Sollus Corretora de Seguros Ltda	100,000%	3.984.347,65	100,000%	3.746.961,77
Coamo Internacional VBA	100,000%	1.471.098,96	100,000%	1.499.254,18
Total		12.127.946,96		11.058.362,65

A Coamo International VBA, encerrou o exercício de 2023, com um patrimônio líquido de US\$ 303,864.45 e R\$ 1.471.098,96, o capital social é de US\$ 10,000.00 e R\$ 48.413,00.

A Via Sollus Corretora de Seguros Ltda., encerrou o exercício de 2023 com um patrimônio líquido de R\$ 3.984.347,65, com o capital social de R\$ 50.000,00, composto em quotas de R\$ 1,00 cada e equivalência patrimonial de R\$ 19.081.781,95.

Nota 22.13

22 Balanço Patrimonial

22.13 Imobilizado

Descrição	Custo de aquisição	(-) Depreciação	2023 Valor líquido	2022 Valor líquido
Construções civis	1.986.481.984,20	527.249.627,38	1.459.232.356,82	1.237.430.453,39
Máquinas e equipamentos	2.316.344.668,26	968.196.226,13	1.348.148.442,13	1.167.218.883,24
Terrenos	972.128.308,79	-	972.128.308,79	936.399.848,88
Imobilizações em andamento	603.632.136,95	-	603.632.136,95	702.888.601,03
Veículos pesados	424.574.996,19	140.200.699,23	284.374.296,96	313.154.305,45
Adiantamento a fornecedores	110.472.029,58	-	110.472.029,58	151.633.799,10
Pavimentações	180.916.687,14	72.081.176,47	108.835.510,67	101.986.564,06
Máquinas e implementos agrícolas	115.769.423,76	70.073.977,15	45.695.446,61	37.082.338,93
Veículos leves	50.615.244,35	14.072.816,14	36.542.428,21	30.747.250,25
Equip. processamento de dados	74.310.868,99	46.498.808,76	27.812.060,23	22.048.009,51
Móveis e utensílios	44.987.861,43	20.711.204,46	24.276.656,97	15.667.118,03
Tanques de armazenamento	21.488.326,58	9.470.143,76	12.018.182,82	12.000.448,32
Arrendamento portuário	3.902.133,67	3.890.491,72	11.641,95	139.341,07
Outras imobilizações	6.595.246,81	2.523.672,50	4.071.574,31	3.503.416,89
Total	6.912.219.916,70	1.874.968.843,70	5.037.251.073,00	4.731.900.378,15

Em dezembro de 2023, as depreciações totalizaram: R\$ 215.900.508,96, sendo que R\$ 157.340,91 de depreciação a valor justo. Em dezembro de 2022, as depreciações totalizaram: R\$ 184.473.940,90, sendo que R\$ 166.760,35 de depreciação a valor justo.

Incrementos do exercício

Descrição	2023	2022
Obras em andamento	416.078.785,21	226.974.606,81
Imobilizado operacional	121.225.631,62	1.027.917.175,81
Total	537.304.416,83	1.254.891.782,62

Os gastos com imobilizações em andamento estão compostos de: máquinas e equipamentos 31%, construções civis 28%, materiais elétricos 7%, transportadores 4%, pavimentações 4%, móveis e utensílios 2% e outros 24%. Os adiantamentos a fornecedores para aquisição de ativo imobilizado estão compostos de: terrenos 69%, construções civis 21%, máquinas e equipamentos 8%, transportadores 1% e outros 1%.

Nota 22.14

22 Balanço Patrimonial

22.14 Biológico

Descrição	2023 Total	2022 Total
Reflorestamento	59.650.626,11	47.781.272,00
Rebanho Bovino	108.497,02	95.570,97
Total	59.759.123,13	47.876.842,97

No que se refere ao valor das florestas, para determinação do valor justo, a Administração considerou que esse negócio é utilizado integralmente para sustentabilidade de fonte energética interna, visando a geração de energia em caldeiras e secadores. Desta forma, o valor justo está representado pelo custo da formação da floresta.

Rebanho de bovinos, mantidos na fazenda de pesquisas e experimentos, cuja finalidade principal é estudo de integração lavoura e pecuária. Em função da finalidade, foi considerado o custo como valor justo dos bovinos.

Nota 22.15

22 Balanço Patrimonial

22.15 Intangível

Descrição	Custo de aquisição	(-) Amortização	2023 Total	2022 Total
Software	52.296.665,10	37.183.183,45	15.113.481,65	13.538.142,32
Total	52.296.665,10	37.183.183,45	15.113.481,65	13.538.142,32

Nota 22.16

22 Balanço Patrimonial

22.16 Débitos com associados

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Adiantamento p/ aquisição de insumos	759.125.366,61	-	759.125.366,61	1.226.024.131,97
Provisão de fixação	510.609.096,20	-	510.609.096,20	1.543.093.635,28
ICMS de Produtor	-	171.766.005,37	171.766.005,37	163.638.680,13
Contas correntes	67.641.362,93	155.627,22	67.796.990,15	60.506.393,15
Sobras a pagar	31.754.476,69	-	31.754.476,69	63.019.658,16
Total	1.369.130.302,43	171.921.632,59	1.541.051.935,02	3.056.282.498,69

O efeito da atualização de produtos agrícolas a fixar, no valor de R\$4.334.115.517,34, não foi reconhecido no passivo como obrigações a pagar, porque não tem previsão de saída de caixa.

Nota 22.17

22 Balanço Patrimonial

22.17 Débitos com não associados

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Compras a fixar	126.272.069,30	-	126.272.069,30	167.699.868,76
Provisão de compras	20.045.721,45	-	20.045.721,45	1.902.347,58
Pagamento antecipado de insumos	4.355.385,60	-	4.355.385,60	10.129.089,39
Outros	2.164.587,19	3.131,61	2.167.718,80	1.491.764,81
Total	152.837.763,54	3.131,61	152.840.895,15	181.223.070,54

O saldo de compra a fixar, foi atualizado a valor de mercado.

Nota 22.18

22 Balanço Patrimonial

22.18 Fornecedores

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Mercadorias	565.448.646,95	-	565.448.646,95	318.775.022,77
Imobilizado	19.625.740,95	-	19.625.740,95	32.060.738,80
Total	585.074.387,90	-	585.074.387,90	350.835.761,57

Nota 22.19

22 Balanço Patrimonial

22.19 Contas a pagar

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Imóvel rural	68.715.064,83	54.641.103,93	123.356.168,76	228.179.152,04
Imóvel operacional	24.431.500,00	19.500.000,00	43.931.500,00	100.631.532,36
Caução de ISSQN	-	4.967.536,79	4.967.536,79	3.974.459,66
Energia elétrica	4.036.154,61	-	4.036.154,61	4.520.209,01
Comissões e corretagens	3.560.516,23	-	3.560.516,23	3.070.617,04
Convênios	1.754.339,79	-	1.754.339,79	1.491.314,65
Empresas relacionadas	1.577.591,57	-	1.577.591,57	1.651.481,39
Taxa tecnológica e Direito propriedade intelectual	1.110.177,81	-	1.110.177,81	925.078,47
Serviços	752.530,15	-	752.530,15	6.432.892,67
Outros	598.532,92	-	598.532,92	2.344.125,99
Total	106.536.407,91	79.108.640,72	185.645.048,63	353.220.863,28

Nota 22.20

22 Balanço Patrimonial

22.20 Obrigações sociais, tributárias e trabalhistas

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023	2022
			Total	Total
Sociais	41.510.695,27	-	41.510.695,27	96.327.392,49
INSS	34.342.763,40	-	34.342.763,40	30.698.803,33
Previdência rural	3.864.703,36	-	3.864.703,36	-
SENAR	1.401.291,23	-	1.401.291,23	-
PIS	1.368.751,62	-	1.368.751,62	6.472.553,11
RAT	322.061,55	-	322.061,55	-
COFINS	207.195,38	-	207.195,38	-
Contribuição sindical	3.928,73	-	3.928,73	-
Programa Regularização Tributária Rural – PRR	-	-	-	59.156.036,05
Tributárias	24.845.422,78	2.419.555,68	27.264.978,46	41.414.500,99
IRRF	15.443.071,14	-	15.443.071,14	-
ICMS	5.118.026,62	2.176.881,01	7.294.907,63	8.356.620,18
CSLL	2.393.436,61	-	2.393.436,61	19.846.966,05
FUNDERSUL	817.972,20	-	817.972,20	-
ISSQN	699.527,83	-	699.527,83	-
IRPJ – Diferido	237.009,95	178.436,63	415.446,58	-
CSLL – Diferido	85.323,58	64.238,04	149.561,62	-
FUNDEMS	51.054,85	-	51.054,85	-
IRPJ	-	-	-	13.210.914,76
Trabalhistas	88.341.130,14	-	88.341.130,14	76.547.029,39
Férias a pagar	53.245.486,09	-	53.245.486,09	45.678.324,77
Salários e ordenados	24.500.757,63	-	24.500.757,63	21.688.235,70
FGTS	10.594.886,42	-	10.594.886,42	9.180.468,92
Total	154.697.248,19	2.419.555,68	157.116.803,87	214.288.922,87

Nota 22.21

22 Balanço Patrimonial

22.21 Débitos com instituições financeiras

Descrição	Taxa anual	Maior vencimento	Circulante	Não Circulante	2023	2022
					Total	Total
Moeda Nacional			971.876.910,50	1.882.092.913,87	2.853.969.824,37	4.248.772.665,85
Ativo fixo	2,9% a 12,6%	20/11/2034	398.481.460,68	1.842.219.995,34	2.240.701.456,02	2.130.776.326,42
Insumos	11,4% a 12,9%	20/06/2024	454.588.007,26	-	454.588.007,26	940.445.856,49
Custeio beneficiamento primário	10,9% a 11,4%	07/04/2025	108.074.944,87	39.872.918,53	147.947.863,40	821.280.502,22
Capital de giro	-	31/01/2024	10.732.497,69	-	10.732.497,69	308.844.156,78
Procap agro	-	-	-	-	-	47.425.823,94
Moeda Estrangeira			100.533.667,66	-	100.533.667,66	-
Operações cambiais com exportação	6,4% a 6,8%	12/06/2024	100.533.667,66	-	100.533.667,66	-
Total			1.072.410.578,16	1.882.092.913,87	2.954.503.492,03	4.248.772.665,85

Nota 22.21

Abertura do não circulante por ano de vencimento

Ano	2023	2022
2024	-	630.306.815,90
2025	458.870.171,40	364.703.264,77
2026	366.193.881,06	283.388.801,60
2027	343.816.357,29	261.011.277,82
2028	271.218.450,91	188.781.197,93
2029	170.526.422,46	151.227.035,89
2030	109.724.038,91	92.027.375,72
2031	59.321.421,47	45.057.200,50
2032	53.325.919,16	41.062.953,92
2033	25.173.125,61	19.322.866,48
2034	23.923.125,60	19.322.866,48
Total	1.882.092.913,87	2.096.211.657,01

Nota 22.22

22 Balanço Patrimonial

22.22 Sobras a distribuir "ad referendum" da AGO

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Sobras a disposição da A. G. O.	786.785.845,29	63.561.046,33	850.346.891,62	705.731.676,18
(-) Antecipação de sobras	217.769.298,86	-	217.769.298,86	219.591.132,71
Total	569.016.546,43	63.561.046,33	632.577.592,76	486.140.543,47

Nota 22.23

22 Balanço Patrimonial

22.23 Provisões fiscais, trabalhistas e cíveis

Descrição	Circulante	Não Circulante	2023 Total	2022 Total
Fiscais	-	347.943.069,31	347.943.069,31	343.198.719,45
Trabalhistas	-	6.750.000,00	6.750.000,00	3.992.476,14
Cíveis	-	5.971.963,80	5.971.963,80	8.233.148,11
Total	-	360.665.033,11	360.665.033,11	355.424.343,70

Em função de glosas de créditos de PIS/COFINS, por entendimento divergente entre a cooperativa e Receita Federal, para proteção de resultados de exercícios futuros, foi constituído provisão fiscal em montante suficiente para cobertura do risco, com parecer de consultoria tributária especializada.

Nota 22.24

22 Balanço Patrimonial

22.24 Capital social integralizado

Descrição	2023	2022
Capital social integralizado	545.620.503,05	485.128.173,37
Valor da quota-parte	1,00	1,00
Número de quotas-partes	545.620.503	485.128.173
Número de associados	31.665	30.738

Nota 22.25

22 Balanço Patrimonial

22.25 Outros resultados abrangentes

Descrição	2023	2022
Ajuste de avaliação patrimonial (a)	6.615.725,89	6.802.060,44
(-) Ajuste do valor de investimento (b)	108.154,75	-
Ajuste de conversão de moeda estrangeira (c)	4.155.793,70	-
Ajuste e instrumento financeiro passivo (d)	40.740.357,61	-
(-) IRPJ e CSLL – Diferido (e)	496.274,29	-
(-) IRPJ e CSLL – Diferido sobre ajuste de conversão moeda estrangeira	53.393,19	-
(-) IRPJ e CSLL – Diferido sobre ajuste instrumento financeiro passivo	442.881,10	-
Total	50.907.448,16	6.802.060,44

(a) Ajuste de avaliação patrimonial, composto pelos ajustes a valor justo de ativo imobilizados de origem de incorporação de outra cooperativa;

(b) Ajuste de investimento, composto pela variação cambial resultante de item monetário que faz parte de investimento em controlada no exterior em virtude de a moeda funcional da investida ser diferente da investidora;

(c) Ajuste de conversão de moeda estrangeira, a cooperativa contratou ACC – adiantamento contrato de câmbio, vinculado a exportação de commodities. O resultado da conversão gerou ganho não reconhecido no resultado, que será efetivamente conhecido no vencimento do contrato;

(d) Ajuste instrumentos financeiros passivos, na aquisição de áreas rurais para reflorestamento, os contratos foram elaborados em reais, em quantidades de commodities, indexado pelo preço do dia do vencimento. A atualização gerou ganho não transitado pelo resultado, a qual será realizado no vencimento de cada parcela;

(e) O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, foram apurados na proporção da participação de associado e não associado, vinculado ao negócio ou atividade que gerou os ganhos.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Conselheiros e Associados da
COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA
Campo Mourão - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas que fazem parte das referidas demonstrações.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA em 31 de dezembro de 2023, o resultado de suas operações, as mutações no seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e do valor adicionado para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Consideramos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanharam as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Curitiba, PR, 19 de janeiro de 2024.

NARDON, NASI – Auditores Independentes S/S
CRC-RS n.º 000542/O-4-S-PR - CVM n.º 00303-4 - OCB n.º 069

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na condição de Membros do Conselho Fiscal da Coamo Agroindustrial Cooperativa, em cumprimento às atribuições legais e estatutárias, examinamos as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e com o devido assessoramento dos auditores da Nardon, Nasi - Auditores Independentes S/S, procedemos a análise sistemática das operações, por meio da verificação dos documentos e inspeções físicas.

Com base nas avaliações mensais realizadas, visitas em áreas e unidades de atividades da cooperativa e por meio de informações recebidas nas reuniões com os Auditores Independentes, Presidentes do Conselho de Administração e Executivo, Diretores, Gerentes Angulares, Coordenadores de Áreas e o Assessor de Auditoria Interna da Cooperativa, tivemos condições de acompanhar as operações realizadas, dentro da extensão e profundidade que entendemos necessárias.

Em função do exposto e respaldados no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, datado de 19 de janeiro de 2024, apresentado sem modificação de opinião, somos de parecer que as referidas demonstrações, bem como o resultado apurado, refletem corretamente, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2023.

Recomendamos, portanto, a sua aprovação pelos Senhores Associados.

Campo Mourão, 02 de fevereiro de 2024.

Igor Eduardo de Mello
Schreiner

Jonathan Henrique Welz
Negri

Alessandro Gaspar Colombo

INDICADORES CONTÁBEIS

EBITDA E DÍVIDA LÍQUIDA



ESTRUTURA DE CAPITAL



GESTÃO 2023

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | GESTÃO 2020-2024

PRESIDENTE DO CONSELHO

José Aroldo Gallassini

MEMBROS VOGAIS

Claudio Francisco Bianchi Rizzato

Emílio Magne Guerreiro Júnior

Ricardo Accioly Calderari

Wilson Pereira de Godoy

Joaquim Peres Montans

Rogério de Mello Barth

Anselmo Coutinho Machado

Adriano Bartchechen

CONSELHO FISCAL | GESTÃO 2023

MEMBROS EFETIVOS

Jonathan Henrique Welz Negri

Igor Eduardo de Mello Schreiner

Alessandro Gaspar Colombo

MEMBROS SUPLENTES

Maico Rispar

Vinícius Amaral Costa

Antonio Fernando Nunes Júnior

DIRETORIA EXECUTIVA

PRESIDENTE EXECUTIVO

Airton Galinari

Diretor Administrativo Financeiro

Antonio Sérgio Gabriel

Diretor de Logística e Operações

Edenilson Carlos de Oliveira

Diretor Comercial

Rogério Trannin de Mello

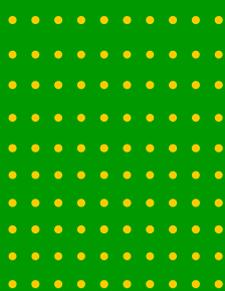
Diretor de Suprimentos e Assistência
Técnica

Aquiles de Oliveira Dias

Diretor Industrial

Divaldo Corrêa





A vida é a gente que transforma.

CONTATO



Rua Fioravante João Ferri, 99
Jd. Alvorada, Campo Mourão/PR



+ 55 44 3599-8000



Coamo.com.br

· EXERCÍCIO ·

2023

